

A verdade que os índices do IBGE vieram confirmar

Os números da Fundação IBGE sobre o desempenho da economia brasileira no ano passado confirmam amplamente todas as previsões que apontavam para uma acentuada desaceleração das atividades, com a notável exceção da agricultura, cujo crescimento recorde de 14% respondeu por cerca de metade da expansão do Produto Interno Bruto (PIB) em 1987, que foi de apenas 2,9%, em comparação com 8% em 1986, ano da enganosa euforia do Plano Cruzado. O declínio da taxa de crescimento da economia foi causado principalmente pela violenta queda do índice da produção industrial, que despencou dos 12,1%, em 1986, para magérrimos 0,2% em 1987. Esse mau resultado foi suficiente para arrefecer a expansão do PIB, uma vez que a produção do setor industrial representa aproximadamente 38% do PIB, ao passo que a agricultura tem um peso de 9,99%.

Não se deve esquecer que o País começou muito mal o ano de 1987, sob a influência negativa das medidas recessivas do Cruzado II, baixadas em fins de 1986. Foi uma brusca volta à realidade após quase um ano de congelamento de preços, mas já no mês de abril começaram os primeiros sinais de desaquecimento acompanhados por um forte salto da inflação para o patamar dos 20% ao mês, por sinal o mesmo nível previsto para abril deste ano. Depois, em meados do ano, veio o Plano Bresser, o qual acabou sendo um arremedo do Plano Cruzado. O ano de 1987 foi também o período da infeliz moratória do PMDB, que, entre outras consequências, contribuiu para uma forte queda dos investimentos produtivos. Foi este também o efeito das incertezas geradas pelos trabalhos do Congresso Constituinte, que igualmente afugentaram os investidores nacionais e, sobretudo, os estrangeiros.

O resultado dessa perversa conjugação de má gestão econômica com elevada dose de irresponsabilidade política não poderia ser outro: uma preocupante queda dos investimentos no País e, como mostram os dados do PIB, a diminuição da taxa de crescimento da economia para um índice muito próximo da taxa de expansão demográfica brasileira, que é de 2,1% ao ano. Além disso, segundo constatou o próprio IBGE, a economia continua em curso recessivo, pois em janeiro deste ano a produção industrial caiu 8,6% em relação ao mesmo mês de 1987 (este é o pior resultado desde julho de 1983).

Enfim, tem toda razão o ministro Maílson da Nóbrega quando adverte, na longa entrevista publicada no último domingo pelo jornal O Estado de S. Paulo, que nossa economia está ingressando numa grave recessão, provocada pelo elevado déficit do setor público, da qual somente conseguirá desvencilhar-se se houver uma retomada dos investimentos sustentada pelo ingresso de capitais estrangeiros. Por esse motivo, o ministro da Fazenda tem consciência de que a tarefa mais importante no momento é concentrar esforços no sentido de reduzir o déficit público, hoje produzido principalmente pelos excessivos gastos de pessoal do governo, que este ano poderão consumir nada menos que 108% das receitas líquidas da União.

Apesar das resistências que o ministro Maílson da Nóbrega vem encontrando, dos obstáculos de ordem legal que asseguram direitos e até privilégios aos funcionários e aos marajás, e das ameaças feitas pelos sindicatos dos funcionários das estatais, estamos certos de que a única maneira de deter a inflação é remover obstáculos ao controle do déficit e, simultaneamente, promover uma reativação da economia. A esse propósito, estamos inteiramente de acordo com o ministro da Fazenda quando ele ressalta que a recessão em curso no País não tem origem em qualquer exigência do FMI. A verdade que os índices do IBGE confirmam é que, antes do início das conversações com o FMI, a economia já vinha em franca desaceleração, mergulhando num ciclo de queda da produção e das vendas que nem mesmo a correção mensal dos salários pela URP pode evitar.

Nessas condições, uma reativação agora depende tão-somente do restabelecimento da confiança interna e externa no Brasil, de uma razoável estabilidade política, que só virá com o término dos trabalhos da Constituinte, e de uma política econômica competente, que terá de incluir a substituição dos reajustes salariais pela URP por outro sistema compatível com o controle da inflação e do déficit público. E nesse contexto que deve ser visto um próximo acordo do País com o FMI, que, como explicou o ministro Maílson da Nóbrega, irá apenas avaliar nossa política econômica e não traçá-la, abrindo caminho para entendimentos com os credores oficiais do Clube de Paris e para o reinício do financiamento das importações de bens de capital (no passado, esses credores chegaram a financiar cerca de 40% da importação de máquinas e equipamentos a juros baixos e a longo prazo). O acordo com o FMI, além disso, permitirá o restabelecimento dos empréstimos do Banco Mundial ao Brasil e o acesso aos recursos que o Japão se dispõe a emprestar aos países em desenvolvimento mais endividados.

São esses argumentos que deveriam ser considerados pelos nossos políticos e pelos dirigentes sindicais na hora de julgar a política do ministro da Fazenda, que já começa a receber críticas mal-intencionadas de todos os lados, apesar de ser a única alternativa racional para vencer o presente quadro de estagnação. Infelizmente, as perspectivas políticas nessa hora crucial são as mais desanimadoras, pois continua a irresponsabilidade dos sindicatos de classe que ainda reagem às intenções do ministro Maílson da Nóbrega como se se tratasse de uma perversidade e não de uma necessidade.

O desempenho medíocre da economia brasileira em 1987, portanto, deve ser visto como um balde de água fria que cai sobre as cabeças desses falsos líderes que só sabem fazer ameaças e se recusam ao diálogo construtivo entre todas as partes envolvidas, já que ninguém conseguirá escapar das consequências da grande crise econômica, política e social em que estamos mergulhados. A situação é tão grave que professores como o presidente da Ordem dos Economistas de São Paulo e diretor da Faculdade de Economia da USP, Roberto Macedo, alertam para o fato de que, em matéria de crescimento econômico, 1988 vai deixar muita gente com saudades de 1987, pois se neste ano o PIB se expandiu 2,9%, em 1988 o crescimento será negativo, uma vez que dificilmente a agricultura conseguirá repetir o sucesso das safras do ano passado (as condições de financiamento são mais desfavoráveis e sempre, depois de um ano bom se segue um desempenho menos brilhante).

Desse modo, não há mais como escapar das verdadeiras contidas na entrevista do ministro Maílson da Nóbrega e reforçadas pelos números do PIB de 1987. Ou o País se lança a um amplo esforço de racionalização das finanças públicas e a uma efetiva abertura de nossa economia ao ingresso de capitais externos, aos quais deve ser oferecido um mínimo de estabilidade política e uma regulamentação realista, ou não conseguiremos tão cedo abandonar a trajetória recessiva que pode trazer de volta os dias negros do autoritarismo. Só o diálogo entre as partes envolvidas pode nos tirar da crise e cimentar a base de uma verdadeira democracia.

16 MAR 1988 JORNAL DA TARDE

16 MAR 1988